

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE IMPERATRIZ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EMPRESARIAL

ROCILDA LIMA CANGUSSÚ

**ECONOMIA DE COMUNHÃO: UMA PROPOSTA DE UM NOVO MODELO
ECONÔMICO PARA A SOCIEDADE CAPITALISTA DA CIDADE DE AÇAILÂNDIA
– UMA EXPERIÊNCIA DE R.M. CONFECÇÕES LTDA.**

ROCILDA LIMA CANGUSSÚ

**ECONOMIA DE COMUNHÃO: UMA PROPOSTA DE UM NOVO MODELO
ECONÔMICO PARA A SOCIEDADE CAPITALISTA DA CIDADE DE AÇAILÂNDIA
– UMA EXPERIÊNCIA DE R.M. CONFECÇÕES LTDA.**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Empresarial da Universidade Estadual do Maranhão – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz; para obtenção do título de Especialista.

Profº Orientador: Alberto Sérgio Maia da Silva
- Economista e Mestre em Ciências da Educação

ROCILDA LIMA CANGUSSÚ

**ECONOMIA DE COMUNHÃO: UMA PROPOSTA DE UM NOVO MODELO
ECONÔMICO PARA A SOCIEDADE CAPITALISTA DA CIDADE DE AÇAILÂNDIA
– UMA EXPERIÊNCIA DE R.M. CONFECÇÕES LTDA.**

Monografia apresenta ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Empresarial da Universidade Estadual do Maranhão – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. M. Sc. Alberto Sérgio Maia da Silva
Bacharel em Ciências Econômicas
Especialista em Metodologia do Ensino Superior
Mestre em Ciência da Educação

Prof^a. M. Sc. José Ribamar Gomes
Bacharel em Ciências Econômicas
Mestre em Planejamento do Desenvolvimento

Prof. Esp. Joel Gouvêa de Oliveira
Bacharel em Administração de Empresas
Especialista em Recursos Humanos e
Em Planejamento Estratégico e Sistema de Informação

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

A Deus por me dar luz e sabedoria.

À Chiara Lubich, fundadora e Presidente do Movimento dos Focolares, pela imensa Luz doada a mim e à toda humanidade.

Ao meu marido Carlos Cangussú e filhos, Mateus e Letícia por estarem sempre comigo em todas as horas de alegria e dificuldades dando-me apoio.

Aos meus pais Roderico Paiva e Ivanilde por serem muito especiais para mim.

Aos meus irmãos Rodenilde, Ronilda e Roderico pelo apoio em todos os momentos que lhes foram solicitados.

Ao Professor Alberto Sérgio Maia, pela orientação no desenvolvimento desta monografia.

Às empresas de Economia de Comunhão que contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Centro de Estudos Filadélfia por ajudar no fornecimento de dados e informações.

“Se a Economia de Comunhão surgiu é porque existe um particular contexto de cultura que está criando um mundo novo: a cultura do dar. Madre Teresa de Calcutá dizia: ‘O que é dar? É amor em ação’. Logo, se quisermos amar devemos chegar à ação e, portanto, à doação”.

(CHIARA LUBICH)

RESUMO

O trabalho monográfico tem como objetivo indicar para a sociedade de Açailândia um novo modelo econômico diferente do capitalismo adotado pela maioria das empresas. Este novo modelo econômico chama-se Economia de Comunhão. É um projeto originário do Movimento dos Focolares baseado em princípios cristãos e universais, propõe a gestores empresarias princípios nunca antes justapostos como economia, solidariedade e liberdade, tendo como objetivo básico trabalhar para estimular a passagem da economia e de toda a sociedade da cultura do ter à cultura da partilha. Nessa cultura a riqueza passa a ser tudo aquilo que se acrescenta ao ser humano, não só o dinheiro, mas cultura, participação, realização, confiança, felicidade, desenvolvimento sustentável, ambiente. A Economia de Comunhão não se apresenta tanto como uma nova forma de empresa, mas pretende transformar intimamente as estruturas habituais das empresas. Optou-se pela pesquisa descritiva com abordagem empírica. Usou-se questionários, entrevistas, observação para elaboração do referencial teórico, buscou-se subsídios em pesquisas bibliográficas Não se trata de um projeto utópico, pois, existem mais de oitocentas empresas espalhadas no mundo inteiro e doze mil famílias ajudadas, provando que o projeto é viável e de um grande valor social. Conclui-se que, na opinião dos empresários da cidade de Açailândia, na sua maioria são receptivos a conhecerem projetos de Economia de Comunhão.

Palavras Chave: Economia de Mercado. Movimento Focolares

ABSTRACT

The monographic work aims to give to society, Açailândia a new economic model different from capitalism adopted by most enterprises. This new economic model called the Economy of Communion. It is a project originating in the Focolare Movement based in principle Christians and universal, proposes to business managers principles as never before juxtaposed economy, solidarity and freedom, with the basic aim to work to stimulate the transition of the economy and the whole society of the culture of Tuesday the culture of sharing. In this culture the wealth becomes what if he adds the human being, not just the money, but culture, participation, achievement, confidence, happiness, sustainable development, environment. The Economy of Communion is not presented as much as a new form of business, but wants to transform the structures closely usual of companies. Our choice for the search with descriptive approach empiric. Use up questionnaires, interviews, observation for drafting the theoretical reference, sought up subsidies for bibliographic searches This is not a utopian project, because today there are more than eight hundred companies scattered around the world and twelve thousand families helped, proving that the project is feasible and a great social value. It is concluded that in view of entrepreneurs of the city of Açailândia, most of them are receptive to know projects of Economics Communion.

Keywords: Market Economy. Focolare Movement.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Você conhece o Projeto Economia de Comunhão?	37
Gráfico 02: A sua empresa participa de algum Projeto Social específico, que contribua para diminuir a desigualdade social da cidade de Açailândia Maranhão?	38
Gráfico 03: Você gostaria que sua empresa fizesse parte de algum Projeto Social que promovesse o crescimento do homem e como consequência contribuísse para reduzir a desigualdade social do nosso país?	39

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
	CAPÍTULO 1.....	13
1	ECONOMIA DE COMUNHÃO: DO PROJETO À REALIDADE.....	13
1.1	O Movimento dos Folcolares.....	13
1.1.1	Movimento dos Focolares: Estrutura.....	15
1.2	O Nascimento do Projeto Economia de Comunhão.....	16
1.3	O Objetivo da Economia de Comunhão.....	18
1.4	Características Fundamentais da Economia de Comunhão.....	19
1.5	A Difusão da Economia de Comunhão no Brasil e no Mundo.....	21
1.6	O “Olhar” Acadêmico da Economia de Comunhão.....	23
1.7	Experiências de algumas Empresas que fazem parte da Economia de Comunhão.....	23
1.7.1	A História do Banco Kabayan.....	23
1.7.2	A Prodiel Farmacêutica Ltda.....	25
1.7.3	A Kidelícia Ind. e Com. Ltda.....	27
1.8	Os pobres beneficiários do projeto.....	28
1.8.1	Trechos de cartas de algumas pessoas que são ou foram ajudadas pelo projeto Economia de Comunhão.....	29
	CAPÍTULO 2.....	31
2	ECONOMIA DE COMUNHÃO: UMA PROPOSTA PARA A CIDADE DE AÇAILÂNDIA.....	31
2.1	A experiência da Empresa R.M. Confecções Ltda., com a prática da Economia de Comunhão.....	31
2.2	Análise e Consolidação dos Dados.....	39
2.2.1	Análise Conclusiva da Pesquisa de Campo.....	43
3	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43
	APÊNDICES.....	45

INTRODUÇÃO

O modelo econômico preponderante hoje na maioria dos países do mundo é o modelo capitalista que supõe a propriedade privada, a liberdade de iniciativa regulada pela lei da oferta e da procura, o direito de concorrência e de associação.

De acordo com esta visão, todas as atividades econômicas têm o objetivo de produzir lucros. Este princípio, por si só, não é mau, é até sadio. Mas levado ao exagero impede o homem de ser o centro de todo o sistema produtivo. O fim de tudo passa a ser a produção.

Com a prática do capitalismo, a desigualdade social entre países ricos e pobres cresceu consideravelmente, o desemprego aumentou no mundo inteiro e a miséria da população é crescente, principalmente nos países pobres. No Brasil, como em muitas outras nações do Hemisfério Sul, o pouco que se produz concentra-se nas mãos de minorias. Além do mais, do ponto de vista econômico, existe uma diferença enorme entre o teor de vida das pessoas de classe média do Terceiro Mundo e da mesma classe de pessoas no Primeiro Mundo.

No Brasil, já existem 22 milhões de brasileiros classificados como indigentes, que são aqueles que vivem com menos de oitenta reais por mês. Na categoria pobre, são mais de 31 milhões de pessoas, são aqueles que têm o dobro dessa renda (www.terra.com.br. Globalização – O paraíso dos ricos).

Tudo isso leva a crer que os modelos econômicos adotados até agora não combatem a pobreza, mas a torna ainda maior.

O projeto Economia de Comunhão na Liberdade nasceu em 1991, nas proximidades da cidade de São Paulo, por ocasião da visita de Chiara Lubich ao Brasil. Lubich, fundadora e atual presidente do Movimento dos Focolares¹, ao ser apresentada à realidade do país observou um enorme abismo sócio-econômico, ou seja, um contraste entre uma maioria de miseráveis e uma minoria de ricos. Aliado a isto, Lubich também percebera que a comunhão dos bens praticada no âmbito do

¹ O Movimento dos Focolares foi fundado por Chiara Lubich, em 1943, na cidade de Trento (Itália), durante a segunda guerra mundial. Trata-se de um Movimento de renovação espiritual e social. Hoje, o Movimento está difundido em 182 países e abrange pessoas de todas as raças, culturas, religiões, profissões, idades e condições sociais, que se empenham em ser uma semente de um mundo mais solidário (ver www.focolare.org).

Movimento, já não era capaz de suprir as necessidades de seus membros.

Dessa experiência brotou uma intuição: estender a dinâmica da comunhão individual dos membros dos Focolares às empresas, convidando empresários e acionistas a colocar o lucro delas em comum.

O lucro das empresas deveria ser colocado em comum, mas destinados a três objetivos precisos:

- 1) para o desenvolvimento da empresa;
- 2) para a difusão da chamada “cultura da partilha” e da comunhão;
- 3) para os pobres, principalmente para aqueles que freqüentam as comunidades dos Focolares.

As três partes representam o *slogan* com o qual tudo teve início, e que ainda hoje inspira o projeto. Mas, desde o início do projeto, compreendeu-se claramente que a comunhão é muito mais exigente do que a mera repartição do lucro: “a comunhão do lucro é uma expressão final de uma vida de comunhão que envolve a vida empresarial inteira” (BRUNI, 2005, p. 31).

Com a Economia de Comunhão, Chiara Lubich, propõe uma alternativa para a “cultura do ter”. Trata-se da “cultura do dar”. Antes da comunhão de bens materiais, sugere uma comunhão de pessoas: comungam-se as capacidades pessoais, os próprios talentos de inteligência, as aptidões empresariais, a competência, a profissionalidade.

Num artigo publicado pela revista Cidade Nova, em setembro de 1991, intitulado “uma economia de comunhão”, encontrou-se, a este respeito, o comentário de um jornalista: “Como jornalista, encontrei-me muitas vezes diante deste impasse absurdo: de um lado, um modelo de sociedade que quer afirmar a liberdade, modificando a socialidade (o mundo capitalista); do outro lado uma socialidade que destrói a liberdade (o mundo socialista). Como é possível salvar a liberdade sem destruir a socialidade e exaltar a socialidade sem eliminar a liberdade? Como salvar o homem na sua totalidade?” E ele mesmo conclui: “Agora, na economia de comunhão, encontrei a resposta” (CADERNOS ESCOLA SOCIAL, 1993, p.18).

Quanto ao tipo de pesquisa, segundo os objetivos, será exploratória e explicativa; segundo os procedimentos de coletar, bibliografia; segundo as fontes de informações, pesquisa de campo e bibliográfica e segundo a natureza dos dados, quantitativos.

O objetivo desse trabalho é apresentar o Projeto Economia de Comunhão

na Liberdade (EdC) como proposta para a sociedade capitalista desenvolver um novo modelo econômico.

O presente trabalho foi dividido em dois capítulos.

Na parte introdutória do trabalho, aborda-se sobre a visão do modelo econômico, os objetivos e métodos utilizados para realização da pesquisa.

O primeiro capítulo aborda, através de pesquisa bibliográfica, tudo sobre a Economia de Comunhão na Liberdade.

O segundo capítulo utiliza a experiência de uma empresa localizada na cidade de Açailândia, uma empresa da região que vivencia a realidade da Economia de Comunhão. É, apresentada também uma pesquisa de campo com 10 empresários da cidade com o objetivo de constatar o nível de conhecimento dos empresários da cidade, sobre a Economia de Comunhão e avaliar a sua receptividade em conhecer o projeto. E finalmente, a conclusão, que mostra a importância para a sociedade capitalista de humanizar a economia.

CAPÍTULO 1

1 ECONOMIA DE COMUNHÃO: DO PROJETO À REALIDADE

O presente capítulo descreve como se fundamentou o desenvolvimento da Economia de Comunhão (EdC), justificados pela opinião de sua idealizadora: o modo de agir econômico é fruto de uma cultura específica e de uma determinada visão de mundo e a Economia de Comunhão é suscitada pelo estilo de vida dos membros do Movimento dos Focolares que por sua vez sofre influência da Doutrina Social Cristã. Por essa razão não se pode falar de Economia de Comunhão, sem conhecer o que a originou.

1.1 O Movimento dos Focolares

O Movimento dos Focolares é um movimento que pode ser considerado a partir de vários pontos de vista: espiritual, apostólico, caritativo, social e econômico, político, ecumênico, inter-religioso, cultural, etc.

O Movimento dos Focolares, no seu todo – tal como João Paulo II o via – é “um povo”, expressão do grande povo de Deus, que caminha edificando a civilização do amor, com o objetivo de contribuir para a fraternidade universal, tendo por meta um mundo mais unido.

Ele surgiu na cidade italiana de Trento, em 1943. Sua fundadora e atual presidente é Chiara Lubich. Seu nascimento deu-se por ocasião da Segunda Guerra Mundial, onde Lubich e um grupo de amigas, despertadas e motivadas pelo Evangelho, decidiram enfrentar as mazelas da guerra através da prática das Escrituras Bíblicas, preferindo não se refugiar nas montanhas fora da cidade mas, sim, abraçar a caridade. Segundo, Lubich (2002): Poderíamos morrer a qualquer momento, [...] houve dias que tivemos que nos refugiarmos nos abrigos antiaéreos até onze vezes por causa das bombas. [...] Naturalmente, estávamos à disposição de todas as vítimas da guerra: mães que perderam seus filhos, mutilados, doentes e famintos.

Surge assim um Movimento de renovação espiritual e social. Desde o início as pessoas o chamaram dos “*Focolares*” – palavra italiana que significa lareira – pelo fogo de amor evangélico experimentado.

O estilo de vida adotado por aquelas jovens parecia alcançar de modo diferente quem as visse. Em apenas dois meses, mais de quinhentas pessoas já haviam se juntado a elas. E um outro fato de grande importância revela-se no caráter leigo deste movimento eclesial, ou seja, o fato de ser formado por pessoas que não pertencem a nenhuma ordem religiosa.

Neste particular Lubich (2002, p. 14) registrou que:

A visão de mundo desse Movimento está centrada na realidade de Deus Pai de todos. Disso decorre o chamado do homem, de todos os homens, a se comportarem como filhos dele e irmãos entre si, numa fraternidade universal que anuncia um mundo mais unido. Por isso é que se pede a todos de que ponham em prática, de maneira decidida, aquele elemento que religiosamente se chama amor: amor cristão ou, para quem é de outro credo benevolência, que significa querer o bem do outro – atitude presente em todos os livros sagrados.

Segundo Serafim (2001) identificam-se três aspectos essenciais da filosofia desse movimento, que são:

- Amor recíproco: este princípio destaca a legítima procura do bem estar do outro como se fosse o seu próprio, agindo desinteressadamente sem esperar nada em troca. Assim, o amor como relação, não anula a realidade individual e a autonomia dos seres entre os quais ele se estabelece;

- Ideal da unidade: é uma relação que se estabelece entre o “eu” e o “nós”. Nessa relação nem o coletivo e nem o indivíduo se anulam, mas o objetivo é “estabelecer relacionamentos interpessoais nos quais a diversidade é riqueza e a individualidade de cada um floresce na abertura e no dom do outro (LUBICH, 2002, p.12).

- Comunhão de Bens: esta categoria advém da prática das duas anteriores. Nela o indivíduo partilha a si próprio e a seus bens de forma livre, contínua e organizada. Esse uso ativo dos bens anula o caráter de simples doação.

Para viverem essa espiritualidade, na primeira comunidade que se formou em Trento, colocaram livremente em comum os bens espirituais e aos poucos, bens materiais e também as necessidades.

Finda a guerra, o Movimento começou sua rápida expansão; primeiro na Itália e, de 1956 em diante na Europa, inclusive oriental, e depois nos outros

continentes.

Hoje o Movimento dos Focolares possui mais de 5 milhões de membros de todas as raças, línguas, nações e religiões, espalhadas pelo mundo inteiro, em 182 países. Aderem ao Movimento em sua maioria cristãos católicos, mas também cristãos de outras Igrejas, fiéis de outras religiões e pessoas que, sem ter um referencial religioso determinado, são homens e mulheres de boa vontade.”Trata-se, portanto, de uma obra não só humana, mas também de Deus, de um carisma do Espírito Santo, e por isso ela é muito rica e fecunda” (LUBICH, 2002).

Uma espiritualidade comunitária como essa, por conter o “código” para transformar a realidade social, aplica-se inteiramente em todo aos campos, do mundo da economia e do trabalho ao da política, no mundo da justiça, da saúde, da educação, das comunidades sociais, da arte, e assim por diante.

1.1.1 Movimentos dos Focolares: Estrutura

Na direção do Movimento está a Presidente, que pelo Estatuto será sempre uma mulher leiga, assistida por um Conselho. Apesar de ser uma única realidade, pela variedade das pessoas que o compõem, o Movimento se desdobra em 18 ramificações, dos quais cinco são movimentos de largo alcance, que atuam em vários ambientes: “Famílias Novas”, para a unidade da família; “Humanidade Nova”, para a renovação social; “Movimento Paroquial”, no âmbito eclesial; “Jovens por um Mundo Unido”, no mundo dos jovens e “Movimento Juvenil pela Unidade”, para adolescentes. No centro do Movimento estão os “Focolares” (masculino e feminino): são pequenas comunidades, de um novo estilo, compostos por leigos. Os Focolares são o centro de irradiação e de convergência da família do Movimento, coração do Movimento nas cidades onde se encontram. São centenas os Focolares espalhados no mundo.

No Brasil o Movimento dos Focolares está presente desde 1958. No ano de 1959 foram abertos em Recife dois centros de formação do Movimento e, logo em seguida, ele se estendeu rapidamente por todo o país. Hoje são 55 os Focolares (unidades-base do Movimento), presentes em quase todas as capitais brasileiras.

Com o objetivo de dar suporte a formação e a prática da espiritualidade

estão presentes na estrutura do movimento as Mariápolis Permanentes. Essas Mariápolis são pequenas “cidades”, que propõem o modelo de uma nova sociedade, com casas, escolas, indústrias, onde a lei é o amor recíproco, com a total comunhão de riquezas culturais, espirituais e materiais. Recebem milhares de visitantes todos os anos. São 20, nos cinco continentes, das quais três no Brasil: Mariápolis Ginetta (Vargem Grande Paulista – SP), Mariápolis Glória (Benevides-PA) e Mariápolis Santa Maria (Igaráçu-PE).

Cada “Mariápolis” tem características próprias. Vejamos alguns exemplos: A primeira que surgiu, em 1965, é internacional, em Loppiano (Florença – Itália), com 750 habitantes, vindos de mais de 70 países. É em esboço da unidade mundial. Nas Filipinas, caracteriza-se pelo diálogo com as grandes religiões orientais. Já na Mariápolis da Alemanha possui um timbre ecumênico: convivem luteranos e católicos. Nos arredores de Nova Iorque encontra-se a Mariápolis Luminosa que procura ser modelo de diálogo entre raças e culturas diferentes. No Brasil, a Mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista-SP, e na Argentina, Mariápolis Andréa, em O’hhings com seus pólos industriais são modelos da nova “Economia de Comunhão na Liberdade”.

1.2 O Nascimento do projeto economia de comunhão

Em maio de 1991, numa visita ao Brasil, Chiara Lubich, entrou em contato com o dramático contraste social brasileiro existente entre um reduzido número de pessoas riquíssimas e uma multidão de pobres.

Sabendo que, no meio dos milhares de participantes do Movimento dos Focolares no Brasil, muitos viviam em situação de pobreza, apesar da comunhão de bens já realizada entre seus membros, Chiara propôs a constituição de empresas que deveriam ser dirigidas por pessoas honestas, competentes, talentosas, dispostas a colocar em comum, livremente, os lucros auferidos, segundo três finalidades:

- 01) Para o desenvolvimento da própria empresa, tendo como premissa salários justos e respeitos às leis vigentes;
- 02) Para as pessoas necessitadas, dando-lhes condições de viver de

modo mais digno até conseguirem um emprego ou uma melhor situação financeira, começando por quem já vive a cultura da partilha;

03) Para desenvolver estruturas destinadas á formação de “homens novos”, pessoas cuja vida seja motivada pelo amor cristão, porque sem “homens novos” não se faz uma sociedade nova. A essência da proposta foi apresentada nos seguintes termos:

Aqui, sob o impulso da comunhão de bens, deveriam surgir indústrias. Empresas de tipos variados, organizadas por pessoas de todo o Brasil. Deveriam nascer sociedades empresarias das quais todos tivessem a possibilidade de participar, ainda que modestamente, mas de forma muito difusa. A gestão dessas empresas ficaria a cargo de pessoas competentes, capazes de fazê-las funcionar com a máxima eficiência e lucratividade. A novidade seria essa: o lucro seria colocado em comum. Deveria nascer assim uma economia de comunhão na liberdade [...], queremos que o lucro seja colocado em comunhão livremente. Com qual finalidade? A mesma das primitivas comunidades cristãs: ajudar os que passam necessidades, oferecendo-lhes condição de melhoria de vida e possibilidade de emprego. Depois, obviamente, incrementar a própria empresa. E, por fim, desenvolver as estruturas desta pequena cidade, visando a formação de homens novos, porque, sem homens novos, não se constrói uma sociedade nova. (BARAÚNA, 2002, p. 335).

Estando ainda no Brasil, Chiara propôs a formação de um pólo industrial, localizado, possivelmente, nas proximidades da Mariópolis Ginetta, e que constituísse com a Mariópolis uma única realidade, ou seja, seria um farol, uma cidade-piloto, um ponto de referência mundial para a Economia de Comunhão.

Logo em seguida o Projeto, proposto por Chiara, começou a tomar forma. Muitos foram os que colocaram em comum os talentos, os poucos bens que possuíam; famílias numerosas transferiram-se de cidade, renunciando ao conforto, a uma estabilidade financeira e, até mesmo, ao reconhecimento profissional conquistado e uma carreira promissora, para se dedicar á concretização da Economia de Comunhão.

Hoje as empresas constituídas já são mais de 800 presentes em cerca de 40 países dos cinco continentes. São empresas de pequeno, médio e grande porte que atuam nos vários setores econômicos.

1.3 O objetivo da economia de comunhão

O objetivo central das empresas inspiradas na EdC, além de contemplar a geração de emprego e renda, fixa-se na distribuição dos lucros em três outras finalidades específicas:

- Reinvestimento na empresa;
- Ajuda aos pobres; e
- Formação de “Homens Novos”

Reinvestimento na Empresa: “[...] indica que a EdC é um projeto econômico na sua normalidade, que não se contrapõe ao mercado e a eficiência, mas posiciona-se ao que deve ser.”

O processo de geração de lucro (melhor seria dizer dos resultados) é considerado componente essencial e estratégico, na medida em que é responsável por mediar e processar a comunhão. No contexto da EdC, ele adquire um estatuto que diverge cabalmente daquele capitalista, em conseqüência de um conjunto representativo de práticas interpessoais de valor extra contábil, inteiramente desconsiderada pela racionalidade econômica vigente (BARAÚNA, 2002, p.335).

- Ajuda aos Pobres:

Outro encaminhamento dado ao lucro é a comunhão com aqueles destituídos de condições de arcar autonomamente com a própria subsistência. Neste sentido, o lucro tem sido versado para atender às suas necessidades básicas, tais como alimentação, moradia, saúde e transporte, dentre outras.

Conforme acenado anteriormente, a prática da comunhão de bens, realizado no Movimento, em nível pessoal e coletivo, desde os primórdios, tem por finalidade promover, de modo processual e orgânico, a igualdade social. Com o lançamento da EdC, essa prática assume a configuração de fator de distribuição, na medida em que, incidindo no âmbito produtivo, realiza imediatamente, e como é possível, a circulação de renda.[...]. O “destinatário” da partilha do lucro não é um desconhecido, um estranho ao projeto. Pelo contrário, é um sujeito ativo que, ao colocar em comum, ao partilhar as suas necessidades, eleva as relações interpessoais a um patamar superior, abrindo a atividade produtiva a um novo horizonte: a comunhão (BARAÚNA, 2002, p. 337).

- Formação de “Homens Novos”:

Entendida como nos processos contínuo e abrangente, voltado para todas as dimensões de pessoa humana, a formação tem por base favorecer o seu pleno desenvolvimento a partir do amadurecimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas. No contexto da EdC, ela se processa

de maneira relevante nas Mariápolis permanentes, visto que estas se constituem em centros de convivências e de formação junto às quais estão localizados os pólos empresariais vinculados ao projeto. Informalmente, ela se processa no cotidiano, qualificando, desmistificando e potencializando as relações nele tecidas. [...] Gui aponta que o caráter formativo está associado à tarefa não só de modificar comportamentos, mas “de repensar profundamente a concepção que temos da atividade econômica e a própria noção de bem-estar e de ‘como’ isso pode ser alcançado. Trata-se, portanto, de reinventar a ‘cultura econômica’ dando às relações interpessoais a primazia que lhes cabe, e de contribuir para melhoria do viver humano”.(BARAÚNA, 2002, p. 337).

1.4 Características Fundamentais da Economia de Comunhão

A experiência da Economia de Comunhão, com as peculiaridades conseqüentes da espiritualidade da qual provém, coloca-se ao lado das numerosas iniciativas individuais e coletivas que procuram “humanizar a economia” e ao lado de muitos empresários e trabalhadores, freqüentemente desconhecidos, que concebem e vivem, a própria atividade econômica como algo mais amplo e diferente da pura busca de um benefício material.

De fato, como acontece em muitas outras realidades econômicas permeadas por motivações ideais, aqueles que aderem ao projeto – empresários, dirigentes, trabalhadores ou outras figuras empresariais – comprometem-se, em primeiro lugar, em por no centro das atenções, em todos os aspectos da sua atividade, as exigências e as aspirações da pessoa humana e os requisitos do bem comum. Em especial buscam:

- instaurar relacionamentos leais e respeitosos, animados por um sincero espírito de serviço e de colaboração, com os clientes, os fornecedores, o poder público e até mesmo os concorrentes;
- valorizar os empregados, informando-os e envolvendo-os, em várias medidas, na sua gestão;
- manter uma linha de conduta da empresa inspirada na “cultura da ética”;
- reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo;
- cooperar com outras realidades empresariais e sociais presentes no

território, abertos inclusive á comunidade internacional, com quem se sentem solidários.

Na Economia de Comunhão, a riqueza passa a ser tudo aquilo que se acrescenta ao ser humano, não só o dinheiro, mas cultura, participação, confiança, felicidade, desenvolvimento sustentável, ambiente. Desse modo, alguns conceitos existentes na vida empresarial passam a ter novo significado:

- Liderança: assume um novo estilo – os executivos deixam de ser controladores e passam a ser cultivadores, catalisadores do processo produtivo;
- Hierarquia: não é rígida, do tipo piramidal, mas sim uma hierarquia do tipo rede neural, mais flexível e funcional;
- Equilíbrio: não é mantido por meio da força entre os “pólos opostos” (decisões rígidas), mas reconhece e soma as partes positivas desses “pólos opostos”, construindo, assim, um equilíbrio dinâmico entre os grupos de interesses e de tendências.

Um outro ponto importante que caracteriza a Economia de Comunhão é a liberdade. Cada empresário decide livremente como e quando destinar o lucro para as três finalidades (desenvolvimento da empresa, pessoas necessitadas e formação de “homens novos”). Desse modo, o critério de distribuição do lucro do exercício financeiro não é estabelecido de forma definitiva, mas é determinado periodicamente pelos dirigentes da empresa, observando-se, contudo, as particularidades e necessidades de cada empreendimento.

Um outro elemento importante que vem acompanhando a Economia de Comunhão é o que podemos chamar de “Providência”.

A Providência não é inédita na história do pensamento social econômico. Muitos foram os teóricos (Vico, Galiani, Smith) que evocaram mão a providência para explicar certos mecanismos do mercado. Encontramos também a idéia da Providência em muitas culturas, independentemente de haver referência direta a uma religião. Com isso quer-se exprimir a idéia de que, no final, o justo vence a injustiça, de que o bem é mais forte do que o mal (BRUNI, 2002, p. 18).

Na EdC, a Providência é sobretudo um dado da experiência, um fato que acontece na vida dos atores da EdC.

1.5 A Difusão da Economia de Comunhão no Brasil e no Mundo

No Brasil, o projeto EdC conta atualmente com 123 empresas.

Segundo Bruni (2002, p.18), o número de empresas e atividades econômicas da Economia de Comunhão em todo o mundo são no total 818 assim distribuídas:

Tabela 01: Distribuição das empresas e atividades econômicas segundo os respectivos países

País	Empresa	Atividade
Alemanha	38	17
Argentina	45	11
Áustria	-	2
Bélgica	15	--
Brasil	123	17
Canadá	7	--
Chile	2	-
Colômbia	-	3
Coréia	10	2
Espanha	13	9
Estados Unidos	25	5
Filipinas	18	10
França	14	4
Grã-Bretanha	-	3
Holanda	7	-
Hong Kong	-	1
Índia	-	3
Irlanda	4	-
Itália	193	62
Líbano	-	3
México	4	4
Peru	-	1
Portugal	15	-
Países da África	2	7
Países do Sudeste Europeu	45	16
Suíça	21	8
Uruguai	5	2
Venezuela	12	6
Total Geral	622	196

Fonte: ESPRI (2004)

Em 1994, teve início o Pólo Empresarial Spartaco, com o intuito de dar viabilidade e visibilidade ao projeto Economia de Comunhão, proporcionando às empresas um local apropriado pra se instalarem e testemunharem, juntas, como um laboratório, essa nova experiência econômica.

Situado no município de Cotia (SP), a 4 Km da Mariápolis Ginetta, numa área de 37.466 m², o Pólo Spartaco foi projetado para abrigar dez empresas, o escritório da Espri S.A. e a área comercial e de serviços, localizada à margem da rodovia Bungiro Nakao. Atualmente estão instaladas, em funcionamento, seis empresas, além da Espri S.A., que atuam nos seguintes ramos: confecções (La Túnica), rotomoldagens de plásticos (KNE-Rotogine), produtos de limpeza (Eco-Ar), embalagens plásticas (AVN), distribuidora de medicamentos (Prodiel Farmacêutica), e fomento mercantil (Uniben).

O Pólo Spartaco abrange ainda três outras empresas que, pelo ramo de atividade, estão localizadas fora do seu território: Escola Aurora (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), Policlínica Ágape (especialidades médicas e apoio diagnóstico) e Comunione (escritório de contabilidade). (ESPRI, 2004, p.7)

A Espri S.A. nasceu com o objetivo de construir e administrar o Pólo Spartaco, além de dar a possibilidade a todos de participarem do projeto e contribuírem para o desenvolvimento pleno da EdC. Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado.

O capital social da Espri S.A. é constituído pela subscrição de ações dos acionistas de todos os estados do país e de outros países. Seus investidores acreditam no projeto da EdC e querem contribuir para a sua realização e ampliação.

As pessoas que comprem as ações não pretendem um retorno financeiro, mas buscam somente ajudar o desenvolvimento da Economia de Comunhão. Observa-se desse modo que, no contexto da Economia de Comunhão, o investimento é também baseado no “dar” e se diferencia do conceito de investimento do atual sistema econômico.

Hoje, o capital social da Espri S.A. é de mais de 2 milhões de reais, incrementado periodicamente a partir de subscrição de novas ações. Atualmente a Espri conta com cerca de 3.600 acionistas (ESPRI, 2004, p.8).

As ações não têm valor nominal, ou seja, seu valor é definido anualmente, por ocasião do fechamento do balanço. O valor investido é convertido em quantidade de ações, e só então são emitidas as cautelas (ESPRI, 2004, p.8).

Por ser o primeiro pólo vinculado à EdC, o Pólo Empresarial Spartaco constitui um ponto de referência mundial para o Projeto, tornando-se uma espécie de experiência piloto. Paralelamente ao Pólo Empresarial Spartaco, surgiu o Pólo Solidariedad, em O'Higgins (Argentina) e em Agosto de 2007 inaugurou o segundo

pólo brasileiro, o Pólo Ginetta, na Mariápolis Santa Maria em Igarassú (PE). Já estão em construção o Pólo Lionella, em Loppiano-Incisa Valdarno (Itália) e outros estão em projeto, como por exemplo, no México, na França, em Portugal, na Alemanha, nos Estados Unidos, outro na Argentina e mais recentemente outro no Brasil na cidade de Benevides (PA).

1.6 O “Olhar” Acadêmico da Economia de Comunhão

Com o objetivo de contribuir para a teorização do Projeto Economia de Comunhão, foi constituído, no Brasil, em 1999, um Centro de Estudos e documentação da EdC. Este centro, além de ter por objetivo reunir pesquisas e estudos desenvolvidos sobre a Economia de Comunhão, procura estabelecer um valioso intercâmbio com o meio acadêmico. No Brasil, já foram apresentados trabalhos em 30 instituições de ensino superior, 13 das quais são Universidades Federais.

O reconhecimento do projeto Economia de Comunhão no meio acadêmico pode ser avaliado pela outorga dos títulos de doutor *honoris causa* a Chiara Lubich em diversos países. Além desses reconhecimentos, ela recebeu outros prêmios em razão dos efeitos e da novidade trazida pela Economia de Comunhão.

1.7 Experiências de algumas empresas que fazem parte da Economia de Comunhão

1.7.1 A história do Banco Kabayan (Filipinas)

Em 1989, um casal de empresários filipinos – Teresa e Francis Ganzon – adquiriram o controle de um pequeno banco, que ocupava o 160º lugar na classificação das instituições financeiras locais. Dedicaram-se completamente à sua reorganização e, em 1991, ligaram-se ao projeto da Economia de Comunhão.

A reorganização do banco foi confiada à Ancilla, empresa de consultoria gerencial especializada no setor bancário, também ligada à Economia de

Comunhão.

Aos poucos, o banco deu início a uma campanha de sensibilização para cativar a população dos bairros mais abandonados, a fim de criarem pequenas poupanças.

Surgiu ainda um projeto de pequenos empréstimos, concedidos sem garantias, principalmente às mulheres. Junto aos consultores da Ancilla, foi estabelecido um plano estratégico para harmonizar as margens de lucratividade com o desenvolvimento das atividades do banco. Em pouco tempo ele tomou impulso e entrou na fase de expansão.

Nos primeiros três anos de atividade, o ritmo dos negócios aumentou seis vezes, e o número de empregados passou de 20 para 80.

Em 1997 o Banco Kabayan dispunha de oito filiais, com 150 empregados, e posicionava-se em terceiro lugar entre os bancos rurais filipinos por volume de depósitos.

Aos empregados foi aberta a possibilidade de se tornarem sócios e gozar de parte dos lucros da empresa. Os sócios que aderiram às idéias da EdC, podem destinar parte dos lucros a que tem direito às finalidades da EdC, por meio de uma fundação constituída especialmente com esta finalidade.

O segredo do sucesso do banco, diz o casal Ganzon, deve-se à típica filosofia organizacional das empresas de Economia de Comunhão, que prioriza a qualidade das relações entre todas as pessoas envolvidas (fornecedores, administração pública, funcionários, clientes e concorrentes) e que reserva a máxima atenção aos mais fracos. No caso do banco, isso significa, por exemplo, renegociar os empréstimos aos clientes em dificuldade, desde que seja por motivos justos.

Em meados de 1997 desencadeia-se uma inesperada tempestade financeira que, da Indonésia, estende-se à Tailândia, à Coreia, à Malásia e às Filipinas.

O peso, a moeda local, em poucos meses desvaloriza-se 60%, e os bancos que estão excessivamente endividados com o exterior vão à falência.

Os poupadores são tomados pelo pânico e muitos decidem retirar suas economias para escondê-las em casa. Os funcionários dos bancos não são devidamente informados pelos dirigentes a respeito de como se desenvolve a situação; o fechamento das portas dos bancos em crise de liquidez dá-se repentinamente.

O Banco Kabayan também deve enfrentar a corrida aos caixas; os clientes se aglomeram para sacar suas poupanças. O banco possui sólidas reservas em terrenos e construções, mas é impossível vendê-las a curto prazo. É difícil encontrar concorrentes com liquidez dispostos a conceder empréstimos... por outro lado, os empréstimos de bancos estrangeiros estão suspensos por causa do risco de novas desvalorizações do peso.

Em abril de 1998, os clientes do Banco Kabayan retiraram 40 milhões de pesos, ou seja, mais de um milhão de dólares. A liquidez do banco está no limite.

Os proprietários vivem esta situação de emergência com determinação, procurando reforçar o entendimento com os empregados: de hora em hora todos são informados sobre as entradas e saídas em cada filial do banco.

“Nos momentos difíceis – diz Teresa – fomos sustentados pela confiança em Deus, que provê a quem vive a cultura da partilha. Num determinado dia, foram sacados 5 milhões de pesos de uma filial. É difícil descrever o que sentimos quando, horas mais tarde, chegou a notícia de que em outra filial haviam sido depositados 6 milhões de pesos!”.

Os sócios majoritários contribuem para criar um clima de confiança, mostrando que não vão abandonar o barco. Esta confiança é repassada aos depositantes: uma funcionária chegou a garantir pessoalmente a uma cliente idosa e apavorada, que não irá perder suas poupanças. Um cliente importante convence outros clientes menores que não irão perder seu dinheiro.

Teresa e Francis desejam de alguma forma compartilhar a própria situação com as outras empresas da EdC, para que juntos se possa invocar a

intervenção da Providência. A mensagem que enviaram via Internet, foi captada por um funcionário graduado de um banco holandês que, profissionalmente, coopera com o projeto de Economia de Comunhão.

Confiando no espírito com que é administrado o Banco Kabayan, serve-se da sua credibilidade pessoal apresentando a situação deles a um grande banco especializado em fundos de investimentos éticos e ecológicos.

Enquanto o casal Ganzon encontra-se na Europa, em novembro de 1998, para participar da reunião decisiva marcada em Amsterdam, o responsável regional do banco holandês está de passagem pelas Filipinas. Mesmo na ausência do casal, visita o banco. Fica muito impressionado pelo espírito que anima os funcionários e o Conselho de Administração, pelos projetos financiados em função do meio ambiente e das obras sociais sustentadas com os lucros da Economia de Comunhão em Manila. Em seguida solicita a seus colegas de Amsterdam que dediquem uma atenção especial ao Banco Kabayan.

Daquela reunião surgiu não só a possibilidade de financiamento, mas também oportunidades de cooperação em setores de interesses comuns, em particular no desenvolvimento de tecnologias energéticas alternativas. É este um tema do maior interesse para o banco holandês, que necessita de parceiros locais confiáveis (REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO, 1999, p. 6-7).

1.7.2 A Prodiet Farmacêutica Ltda (Curitiba-PR)

A Prodiet farmacêutica Ltda., é uma empresa que tem como ramo de atividade a distribuição de medicamentos e está localizada na cidade de Curitiba, no Paraná. O Diretor chama-se Armando Tortelli e é o atual Presidente da Associação Nacional por uma Economia de Comunhão. O seu depoimento foi registrado por ocasião do Congresso Internacional de Economia de Comunhão de 1999:

Quando Chiara Lubich, veio ao Brasil em 1991, a nossa empresa já existia há dois anos. Para mim, ter uma empresa significava apenas um interesse pessoal, pois, o objetivo era o sustento da nossa família; a empresa não possuía um fim social claro e específico.

A Economia de Comunhão, apesar de ter vindo ao encontro de meu modo de agir no âmbito pessoal, suscitou em mim uma dúvida, pois não considerava a minha empresa preparada, naquele momento, para aderir a um projeto tão grandioso.

Entendi, então, que deveria remodelar a empresa, uma vez que a Economia de Comunhão criou em mim uma nova mentalidade, clara, concreta. Mostrou-me um novo agir econômico.

Lubich falava dos princípios morais cristãos e da competência. Eu me considerava competente na arte de comprar e vender. Somos distribuidores de medicamentos; a nossa atuação se dá em hospitais e mediante licitações públicas. Somente no Paraná temos 120 (cento e vinte) concorrentes. Mas apesar disso há um grande mercado nesta área.

O primeiro passo foi organizar a empresa para torná-la eficiente. Fiz uma grande descoberta: Deus e os negócios podem caminhar juntos. Antes da Economia de Comunhão, apesar de ter feito uma escolha pessoal muito definida; e, apesar de acreditar em valores que não passam, quando eu

estava no mundo econômico, tudo se transformava, tinha a impressão de ser sugado pela prática capitalista.

A partir de então tornei-me consciente de que é possível viver no campo do trabalho a mesma experiência que vivo no âmbito pessoal. Desse modo desencadeou-se uma revolução.

Nasceu um novo relacionamento com os concorrentes. Eu tinha sido treinado por empresas multinacionais que consideram o concorrente alguém a ser literalmente eliminado. No entanto, entendi que o concorrente está no mercado e vai ter uma fatia do bolo... É alguém com quem devemos conviver. Entendi que o centro de toda a atividade econômica é o ser humano. Quem está por trás de um concorrente? O ser humano, o homem. Quem está por trás do fornecedor? O homem. Quem está por trás de um funcionário? O homem.

Benedetto Gui, disse, em sua palestra que não adianta treinar funcionários, torná-los especialistas em suas funções, se não existe outro elo, invisível, mas tangível, que o torna todo competente. De fato, foi o que passou a acontecer depois da reestruturação da empresa: nasceu um novo relacionamento entre nossos funcionários.

Neste período, nós crescemos cerca de 20% ao ano, e é interessante observar que os empregados cresceram mais do que este percentual. Quando começamos, tínhamos quinze funcionários; hoje, temos sessenta e cinco. Cada pessoa admitida nos dá uma alegria enorme.

No ano de 1999 por ocasião da Campanha da Fraternidade que, naquele ano tratava da questão do desemprego. Eu e minha esposa, em resposta ao apelo da Igreja, decidimos criar uma vaga de emprego. Na verdade não tínhamos necessidade de fazer contratações. Havia, porém, setores em fase de crescimento, e podíamos prever a ampliação de algumas áreas, no caso, o almoxarifado.

É incrível como o Evangelho pode, de fato, ser tomado como referencial para o agir econômico, por exemplo, quando afirma: "Daí e vos será dado". Houve tal crescimento e incremento nas vendas que, em seguida, admitimos mais cinco funcionários!

Durante todos esses anos, fomos animados pelo empenho em fazer tudo segundo os princípios morais cristãos. Apesar disso, surgiram muitas oportunidades para ganhar dinheiro fácil, principalmente com a compra de medicamentos de origem duvidosa. Recebemos inclusive propostas de compra de remédios subdosados, mas a nossa postura foi sempre aquela de trabalhar de acordo com a ética.

Nas férias de 1998 vivi uma experiência interessante: estava numa igreja e me sentia tranqüilo, a minha vida estava ótima, não me faltava nada. Tinha família, trabalho, estava descansado... Eu me considerava uma pessoa feliz. Fui, porém, tomado por um pensamento: tudo isto não me bastava, era preciso estar preparado para o que poderia acontecer pouco tempo depois; deveria estar preparado para responder positivamente aos desafios que poderiam surgir. Saí daquela igreja convicto de que esta deveria ser minha postura.

Quando cheguei a casa, recebi um telefonema de um amigo convidando-me a investir no Pólo Empresarial Spartaco, abrindo lá uma filial da Prodiel. Imediatamente lembrei-me do momento vivido na igreja e entendi claramente que era Deus quem me pedia para tomar essa decisão. Não pensei duas vezes e aceitei o convite.

Fomos para o Pólo de um modo muito profissional, para ganhar dinheiro, porque só ganhando dinheiro é que podemos dividi-lo. E matemos o firme propósito de trabalhar com a mesma seriedade com a qual trabalhamos no Paraná.

Enfrentamos cotidianamente os problemas que todos enfrentam; não gozamos de nenhum benefício ou de nenhuma vantagem; somos empresários que lutam como todos; e pagamos os impostos. E do ponto de vista legal, pagar impostos não é virtude, é obrigação.

Percebemos que recolher os tributos exige um passo anterior, exige

planejamento, competência, casos contrários não se conseguem saldar todos os impostos. Mas a nossa luta é igual à de outras empresas. Posso testemunhar, porém, que a Economia de Comunhão produz frutos e realiza o empresário. (ANAIS do Bureau Internacional da Economia e Trabalho, 1999, pp.150-154).

1.7.3 A Kidelfícia Ind. e Com. Ltda (Benevides –PA)

A Kidelfícia Ind. e Com. Ltda, que se apresenta com a marca “Feito por Nós”, nasceu em 1994 graças ao projeto Economia de Comunhão, como uma contribuição ao desenvolvimento de Benevides, pequena cidade no estado do Pará.

A empresa produz doces e geléias 100% naturais e busca valorizar a grande variedade de frutas tropicais produzidas na região. A Diretora administrativa chama-se Ruth Helena e a sua experiência foi registrada:

A Feito por Nós, nasceu sem ter um verdadeiro capital inicial, mas com a contribuição de pessoas interessadas no projeto que doaram um freezer, mesas, material de escritório, recipientes, e de modo especial a competência de um advogado, um contador e um engenheiro químico. Começamos produzindo 500 (quinhentos) quilos de doces por mês, com dois funcionários de produção e um auxiliar, e naquele período a maior dificuldade era ter o capital para adquirir a fruta no período da colheita. Hoje temos um galpão próprio e produzimos uma média de 9 toneladas por mês, para 209 (duzentos e nove) clientes, entre os quais uma grande empresa nacional, uma internacional e cinco distribuidores. Fornecemos merendas para algumas escolas do estado do Pará e para duas fábricas, uma delas no estado de São Paulo. São 20 (vinte) os funcionários e 6 (seis) estagiários, e damos trabalho externo a cerca de 30 (trinta) pessoas. Nestes anos não faltaram momentos de dificuldade, nos quais tínhamos a certeza de não contar somente com as nossas forças e confiamos sempre tudo ao nosso “sócio invisível”. Certa vez, não tínhamos o suficiente para pagar os salários dos funcionários. Não queríamos faltar ao compromisso de pontualidade nos pagamentos e, todos juntos, pedimos ao “sócio invisível” que nos ajudasse a encontrar uma solução. Quase de imediato recebemos a encomenda urgente de um kit com várias geléias típicas do Pará, que seria oferecido como brinde em um congresso. Ao contrário do usual o pagamento seria feito à vista. Com grande reconhecimento descobrimos depois que o valor do pedido correspondia exatamente àquele que precisávamos para os salários. Outros empresários, várias vezes nos diziam que não conseguiríamos sobreviver: de fato consegui-lo respeitando a legalidade era um verdadeiro desafio. Mas nisto também o nosso “sócio invisível” se manifestou. Obtivemos a isenção de um imposto que, no dizer de um fiscal que visitava a empresa, era um verdadeiro “milagre”: era muito difícil que o estado concedesse tal isenção a uma empresa das nossas dimensões. É constante o empenho de não nos deixar envolver pela lógica do lucro. Uma vez um cliente muito importante nos propôs uma compra ilegal, e já que não aceitamos ameaçou cancelar os seus pedidos e deixar de trabalhar

conosco.

Era uma perda significativa, mas a lembrança do projeto que nos havia feito nascer nos fez decidir que se este era o preço a ser pago, estávamos dispostos. No dia seguinte o primeiro e-mail que abrimos foi exatamente daquele cliente, que encomendou o dobro da quantidade que havia nos proposto no dia anterior. Era o “cêntuplo” que chegava, resposta à nossa fidelidade.

Com freqüência recebemos fiscalizações. Uma vez foi atestada uma irregularidade que poderia bloquear a nossa atividade e o fiscal nos pediu dinheiro para cancelar a sanção. Explicamos a ele que para sermos fiéis aos nossos deveres diante do governo e da sociedade preferíamos pagar a multa e providenciar correção daquilo que era necessário.

Quando fomos examinar as modificações que deveriam ser feitas no sistema de produção, percebemos que, na realidade, elas não eram necessárias, e assim pudemos provar às autoridades que tudo estava de acordo com o exigido pela lei.

Nestes anos estabelecemos relacionamentos muito positivos com todos os departamentos da vigilância sanitária e, alguns inspetores que iriam mudar de setor descreveram a nossa fábrica aos seus substitutos como “um modelo a ser seguido”. Os nossos funcionários testemunham que na fábrica se vive em uma atmosfera de família: ‘não sentimos diferença entre os proprietários e os funcionários, e nem entre um setor e outro da produção, entre nós existe um clima de família.

A nossa participação no projeto EdC quer ser, cada vez mais, um sinal do nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. (REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2006, p.18).

1.8 Os Pobres Beneficiários do Projeto

Em 1999, na cidade de Piacenza (Itália), por ocasião do recebimento do título de doutor *honoris causa* em economia, Chiara Lubich disse: “Aqueles que se encontram em dificuldade econômica, destinatários de uma parte do lucro, não são considerados ‘assistidos’ nem ‘beneficiários’ da empresa. São membros essenciais, ativos do projeto, no qual eles dão aos outros as próprias necessidades [...]. Na Economia de Comunhão a ênfase, na verdade, não é dada à filantropia por parte de alguns, mas antes à partilha, na qual cada um dá e recebe com igual dignidade” (LUBICH, 1999, p.18).

Inicialmente o projeto deve beneficiar os pobres que estão em contato com o Movimento dos Focolares, em seguida beneficiará outros milhões de pobres. “Este projeto deseja alcançar primeiramente os pobres que, tocados pelo carisma da unidade, vivem a espiritualidade da qual ele se originou. Os demais não estão excluídos; pelo contrário, o problema é considerado na sua complexidade e amplitude, mas na fase inicial faz-se o que é possível. Atua-se desse modo, para gerar uma comunidade [...] de forma que não exista nenhum indigente”

(MULATERO, 2000, p.12).

Através de uma solicitação feita por *email* (cefiladelfia@terra.com.br) ao Centro Filadélfia (Centro de Estudos e Documentação da Economia de Comunhão) sobre os lucros enviados pelas empresas da EdC, a resposta recebida foi que durante o ano de 2006 os valores enviados pelas empresas foram de R\$ 1.356.624,00 e que a sua distribuição foi feita da seguinte forma:

- R\$ 690.510,00 para alimentação, correspondendo à 50,89% do valor total.
- R\$ 258.515,00 para estudos, correspondendo à 19,05% do valor total.
- R\$ 258.905,00 para saúde, correspondendo à 19,08% do valor total.
- R\$ 110.301,00 para moradia, correspondendo à 8,13% do valor total.
- R\$ 38.391,00 para várias finalidades, correspondendo à 2,83% do valor total.

1.8.1 Trechos de cartas de algumas pessoas que são ou foram ajudadas pelo projeto Economia de Comunhão

- Um trabalho para o marido: “Dez anos atrás viemos para a cidade à procura de trabalho e de melhores condições de vida, mas se não fosse pela quantia que ajudou a nos sustentar teríamos passado fome. Agora meu marido encontrou um trabalho e queremos dizer um grande obrigado a Deus por este dom. Agora a nossa felicidade é poder dar algo nosso a alguém que se encontra em necessidade, como nós naqueles tempos.” (REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2001).
- A ajuda não é só para mim: “Agradeço-lhes pela ajuda que enviaram a nós, indígenas da Huasteca Higuilense. Quero lhes dizer como uso o dinheiro que recebo. Divido a soma em três partes: com uma compro arroz, feijão, cebolas, farinha e o que é preciso para as crianças que vão à escola (tiraram ótimas notas!), para que possam ter uma alimentação normal; a outra parte uso para o ônibus do filho mais

velho que freqüenta a escola na cidade; e a outra parte para remédios de meu marido. Porém quando chegam os vizinhos de casa que pedem óleo ou pimentões, eu dou logo, porque sei que o Senhor dá esta ajuda não somente para mim, mas também para eles.” (REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2001).

- Comprar outra vaca: “No início do ano a nossa vaca morreu, uma grande perda vista a condição econômica da nossa família, que então se tornou difícil. Confiando na Providência fomos avante, mantendo firme a esperança. A ajuda que chegou nos permitiu a sobrevivência e conseguimos até comprar uma outra vaca.” (REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2001).
- Dar e receber, fruto do amor: “Somos duas irmãs e quando minha mãe perdeu o emprego não tínhamos mais condições de estudar. Quando nos foi oferecida uma ajuda ficamos hesitantes pensando que talvez houvesse alguém que precisava mais do que nós, e nos parecia humilhante receber ao invés de dar, como fazíamos antes. Mas entendemos que fazemos parte de uma família, na qual o dar e o receber são frutos do amor recíproco.” (REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2001).
- Passei em um concurso público: “Passei em um concurso público e há três meses comecei a trabalhar como professora. Estou feliz! Com alegria lhes comunico que não preciso mais da ajuda, que agora pode ser destinada a uma outra pessoa.” (REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2001).

CAPÍTULO 2

2 ECONOMIA DE COMUNHÃO: UMA PROPOSTA PARA A CIDADE DE AÇAILÂNDIA

Açailândia é um dos Municípios do estado do Maranhão, com uma área de 5.806 Km². Foi fundado em 06 de Junho de 1981. Hoje sua população é de 106.357 mil habitantes (dados do IBGE de 01/07/2006). Está localizada às margens da Belém-Brasília, ponto de partida da Ferrovia Norte Sul, ao sul do Maranhão e BR, 222, pela Estrada de Ferro Carajás, devido a sua localização estratégica a cidade é a segunda economia do estado, com um comércio forte e dinâmico. Sua economia vem da pecuária, da lavoura, da extração vegetal, de estruturas empresariais e da fabricação do gusa.

O Modelo Econômico adotado pela maioria das empresas de Açailândia é o capitalista e de acordo com a pesquisa de campo feita com 10 empresários da cidade, 100% dos entrevistados ainda não conhecem a Economia de Comunhão, conforme análise e consolidação dos dados no item (2.2). Neste capítulo abordaremos os princípios da Economia de Comunhão através da experiência da Gestora da Empresa R.M. Confecções Ltda, localizada em Açailândia, que pratica a Economia de Comunhão.

A realidade desta empresa, está inserida num contexto que é comum a muitas outras empresas da nossa região, então o objetivo deste capítulo é mostrar que é possível praticar a Economia de Comunhão numa realidade igual a nossa e também procurar despertar o interesse de outros empresários a adotarem este novo modelo econômico proposto.

2.1 A experiência da empresa R.M. Confecções Ltda., com a prática da economia de comunhão.

A realização deste estudo se deu através de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, observando-se os fenômenos a fim de delimitar a extensão do

tema, devido à natureza fluída do assunto a ser investigado. Como diz Costa (1997, p. 207), nas pesquisas de Ciências Sociais a sensibilidade do pesquisador é que faz a diferença, ou seja, “ouve-se falar muito em olho treinado ou em aprender a ver, mas essa fraseologia pode ser enganosa se esconde o fato de que o que podemos aprender é a discriminar, e não a ver”.

Aponta-se como sujeito desta experiência a sócia e gestora da empresa, Rocilda Lima Cangussú, que procurou relatar a sua experiência dentro da empresa com a prática da Economia de Comunhão.

Originada de uma empresa familiar com tradição no seguimento de confecções, R.M. Confecções Ltda, é uma empresa que atua no varejo e teve início às suas atividades em maio de 1996 e hoje emprega 16 pessoas.

Conheci o Movimento dos Focolares quando adolescente e este fato, determinou minha vida, minhas atitudes, escolhas e formação. A espiritualidade do Movimento dos Focolares foi determinante no desenvolvimento da minha personalidade.

Inicialmente a empresa era uma sociedade entre irmãos e, mesmo sabendo tudo sobre a EdC, nossa empresa não era coligada às outras da EdC, devido às divergências de pensamento entre os sócios. Trabalhamos juntos durante alguns anos vindo a se separar em seguida e como eu já morava em Açailândia, propus a compra das partes dos outros sócios.

Quando assumi, tudo funcionava como a maioria das empresas brasileiras, com muitas irregularidades como, por exemplo: sonegação fiscal e direitos trabalhistas que não eram pagos corretamente. Passei a estudar e conhecer mais as leis trabalhistas, pois o ponto central da EdC é o “homem”, como poderia vivenciá-la se nem o que manda a lei era cumprido corretamente?

Aos poucos fui legalizando toda essa parte trabalhista onde pude conquistar a confiança dos funcionários. Apreendi com a espiritualidade do Movimento dos Focolares a ver o próximo mais próximo como um outro Jesus, por isso passei a conhecer as realidades familiares e de moradia de cada colaborador. Dessa forma pude comprovar o que a EdC afirma sobre a reciprocidade: “nas relações internas da empresa, a prioridade é colocar a comunhão como princípio fundamental da vida econômica, que significa reconhecer antes de tudo que somos irmãos”.

Acontecem reuniões freqüentes, pelo menos uma vez por mês. Não se fala só dos problemas da loja, mas compartilha-se juntos as experiências de cada um e as dificuldades.

Observa-se com isso, que a gestora procura justamente colocar em prática os princípios da Economia de Comunhão, descritos anteriormente, onde o interesse a ser privilegiado é composto por vários elementos:

- fazer da empresa um lugar onde se possa experimentar concretamente a fraternidade e a comunhão;
- contribuir para o crescimento harmonioso da empresa e de todas as pessoas envolvidas, respeitando o meio ambiente;

- agir de modo que as pessoas em desvantagem se tornem substancialmente livres e iguais;
- ser testemunho de uma vida autenticamente humana, mesmo durante o desenrolar da atividade econômica ordinária;
- viver e promover a cultura da partilha e da reciprocidade, a cultura da comunhão.

O amor mútuo vivido dentro dos ambientes, ou dentro da empresa, proporciona muitas mudanças de atitudes e comportamentos. Como diz Lubich (2004, p. 8): “O amor mútuo fará com que todos não só se compreendam e se estimem reciprocamente, assumam os esforços e os problemas uns dos outros, mas também fará com que todos juntos encontrem novas formas de organização do trabalho, de participação e de gestão”.

Sobre o amor mútuo posso contar um fato e que comprova que “comunhão gera comunhão”. Uma amiga de uma das funcionárias da empresa foi brutalmente assassinada em Açailândia, foi um episódio que chocou a cidade. Devido a este fato, essa funcionária ficou muito abalada e conseqüentemente o seu rendimento na loja caiu.

Foram dados alguns dias para que ela se recuperasse daquele episódio, mas quando retornou nada tinha mudado. Então as outras vendedoras vendo aquela situação resolveram ajudá-la. Elas decidiram que cada vendedora da loja faria uma venda por dia no nome dela para que no final do expediente a sua média de venda fosse à mesma ou próxima das outras. E assim fizeram, sem que eu soubesse, durante toda a semana.

Essa atitude das colegas fez com que ela reagisse e recuperasse novamente as forças para trabalhar, somente depois é que contaram-me como tudo tinha acontecido. Ela manifestou agradecimento porque se sentia muito feliz trabalhando ali.

Observa-se que quando se cultiva a cultura da partilha àqueles que estão em contato também são levados a vivenciá-la nos seus ambientes e este é um dos objetivos da EdC. Mesmo que venham a sair da empresa levam consigo esta revolução porque chegaram a experimentá-la.

Além disso, de acordo com a experiência da gestora desta empresa, ela confirma que a vida de comunhão traz resultados impressionantes que ajudam na sua gestão, como por exemplo, quando se necessita de colaboração e boa vontade na execução de tarefas, existe muita flexibilidade por parte de todos e tudo caminha bem, sem a necessidade de medidas autoritárias.

O Congresso Nacional de Economia de Comunhão acontece anualmente

em São Paulo, e lá reúnem-se empresários da EdC, simpatizantes do projeto, estudantes, professores e também pessoas que gostariam de conhecer o Projeto. O último congresso aconteceu do dia 29/04/07 a 01/05/07, neste congresso evidenciou-se sobre o perfil do empresário da Economia de Comunhão e a sua “arte de amar”. Pelo depoimento dos empresários que estavam presentes no Congresso todos disseram que é a “arte de amar” que dar credibilidade às suas ações e dá um novo estilo de liderança, que passa de dominador a cultivador ou facilitador e promove o potencial de cada colaborador. A meta principal desse novo líder é a “Unidade”. Sobre este aspecto a gestora da empresa R.M. Confecções Ltda, evidenciou um fato que acredito confirmar o que foi exposto acima:

Em determinado momento, aconteceu um desentendimento entre duas funcionárias que por sinal eram muito amigas. Elas ficaram magoadas entre si e criaram uma situação na loja muito complicada dificultando o andamento normal das vendas, chegando a perdermos vendas por causa da situação criada pelas duas. Fiquei muito chateada principalmente porque já estava afetando todo o clima de harmonia da loja, e não via outra opção senão a de demiti-las. Então, solicitei ao contador preparar o aviso prévio das duas e as chamei no meu escritório para dar a notícia da demissão. Porém naquele momento a realidade da Economia de Comunhão se mantinha viva na minha cabeça, que eu deveria ir mais além. É certo que qualquer administrador no meu lugar não hesitaria, mas a voz do evangelho era mais forte. Quando elas chegaram no meu escritório resolvi ter uma conversa com as duas e tentar esclarecer a situação. Falei que eu estava muito chateada principalmente porque sempre procurei mostrar a todos que trabalham comigo que o mais importante era seu colega de trabalho, e que a situação que elas criaram estava prejudicando todos. Com isso elas caíram em si. Pedi que se olhassem e conversassem sobre o que aconteceu. Assim fizeram, e viram que foi apenas um mal entendido. Só faltava uma ou outra “amar por primeiro”. Elas saíram abraçadas da minha sala e os outros funcionários que estavam apreensivos na certeza da demissão, quando viram as duas saírem abraçadas aplaudiram e fizeram a festa. Naquele momento eu senti uma alegria muito grande por ter proporcionado a fraternidade, me senti realizada.

Um outro ponto muito importante também evidenciado por ela é o fato de poder proporcionar novos postos de trabalhos e assim, possibilitar àqueles que aproveitam a oportunidade terem mais dignidade e saírem de uma vida até então difícil.

Por causa da EdC, quando vou fazer seleção de pessoal procuro primeiro aqueles currículos menos favorecidos, os que não tem experiência de trabalho ou com uma realidade familiar mais difícil.

As dificuldades são muitas recrutando pessoas neste perfil, mas somente o fato de estar dando a elas uma oportunidade para mudarem suas vidas, me preenche. O maior problema enfrentado com este tipo de seleção é que essas pessoas chegam na empresa altamente despreparadas porque, a situação financeira, ou familiar, as impedem de uma melhor formação.

Para resolver esse problema, quando são contratadas é feito treinamento dentro da própria empresa onde se pode contar com a ajuda dos outros funcionários. A cooperação é muito grande, porque todos que estão na empresa foram recrutados da mesma forma. Percebe-se, através do comprometimento de cada um, que estão contentes em trabalhar ali e na maioria dos casos existe muita dedicação por parte deles.

Pode-se dizer que a EdC é um novo modo de viver e conceber a vida empresarial; e dizer empresa significa dizer organização, portanto, estruturas; ela não se pode limitar somente ao aspecto da distribuição do lucro nas três partes (quando se consegue fazer isso).

Quanto às dificuldades enfrentadas, a gestora aponta a “ética nos impostos”. Ela considerou, este princípio da Economia de Comunhão, o mais difícil de ser colocado em prática.

Uma das experiências mais difíceis na prática da EdC foi quanto à não sonegação dos impostos. Somente por esse motivo é que demorei coligar, a minha empresa às outras de EdC. Mas com a vivência da comunhão no dia a dia da empresa e as palavras do evangelho “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” me encorajaram a não mais sonegar.

Dai em diante, passei a comprar tudo com nota fiscal “cheia”, eliminando a “meia-nota”, a contabilizar todos os pagamentos e a faturar os valores reais das vendas. O interessante é que quando comecei a comprar com nota “cheia” os meus fornecedores passaram a me questionar se eu estava “bem da cabeça”. É sempre um remar “contra a corrente” por isso é necessário perseverança, principalmente num país igual ao nosso, onde os impostos que pagamos não são convertidos corretamente.

Depois que passei a vivenciar a ética nos impostos, tive mais tranquilidade, o medo de uma fiscalização não existia mais. E posso acrescentar que se todos nós empresários não sonegássemos impostos, lutaríamos mais pelos nossos direitos, não seríamos tão passivos e com certeza conseguiríamos mudar a situação atual do país.

A busca por conhecimento também foi maior, pois é necessário muito planejamento como também buscar novas formas legais de diminuir os custos para tornar a empresa mais rentável.

Outro fato evidenciado pela gestora, e que foi apontado no capítulo anterior, é sobre a “Providência”, ou seja, uma ajuda especial de Deus que provê também para as empresas e não somente para as pessoas.

Várias vezes pude contar com a “Providência”. Como por ocasião de um incêndio que aconteceu na loja devido a uma falha na rede elétrica. Neste incêndio perdeu-se 40% do estoque existente, fora as danificações nas estruturas e instalações. Tivemos que fechar a loja por 10 dias para recuperar os estragos e, não se tinha reservas financeiras para pagar os compromissos daqueles dias.

Então, contatei todos os fornecedores que estavam programados para serem pagos naquele mês para tentar um adiamento nos pagamentos. Surpreendentemente, consegui de todos um adiamento nos pagamentos em média de 45 a 60 dias. O mais impressionante é que naquele período, quem tinha cheques pré-datados normalmente repassavam ou

descontavam em banco para fazer caixa, e, quando acontecia esse repasse, não era possível resgatar o cheque. Porém foi um fato inusitado que os meus cheques ainda estavam de posse dos fornecedores originais. Este incêndio aconteceu em março de 2003 e divido a este acontecimento despertou-se a necessidade em reformar e ampliar a loja. Trabalhamos o restante do ano com esta finalidade e foi elaborado um projeto para o novo “layout”. Tudo se encaminhava, fechamos o ano com um saldo surpreendente que proporcionou o início das obras. Então, entendi o por que do incêndio, Deus conduzia tudo, até um financiamento que garantiria o restante das obras. Este financiamento foi feito pelo Banco do Nordeste com juros baixos e prazo longo e de acordo com o gerente, foi a primeira vez que um projeto naquelas condições era aprovado para o setor comercial. Com a ampliação e melhoramento das instalações o nosso faturamento dobrou e conseqüentemente o número de colaboradores também.

Com isso, pode-se dizer que a “Providência” é um fenômeno que faz parte das leis econômicas quando se vive procurando o Reino de Deus. E o que significa procurar o Reino de Deus? Significa simplesmente fazer bem as coisas que nos são confiadas. O Reino dos Céus é, por exemplo, pagar os impostos, tratar bem as pessoas, estar aberto às necessidades dos outros.

Quanto a realização pessoal e profissional, a gestora conclui que se sente muito realizada praticando a Economia de Comunhão mesmo enfrentando muitas dificuldades.

E como qualquer outra empresa, enfrentamos muitos problemas. Não é o fato da minha empresa participar de um projeto como esse que a isenta de dificuldades mas é justamente esse novo modo de ver a economia, esse novo “agir econômico” proposto pela EdC que delinea tudo e traz a realização verdadeira de quem a pratica.

2.2 Análise e Consolidação dos Dados

A pesquisa apresentada a seguir foi realizada na cidade de Açaílândia na qual foram entrevistados dez empresários, em áreas de atuação diferenciadas, abrangendo diversos segmentos do comércio local. Foram formalizados 03 quesitos e oferecendo ao final a oportunidade de apresentar opiniões acerca das questões formuladas.

Objetivando constatar o nível de conhecimento entre os empresários da cidade de Açaílândia, sobre a Economia de Comunhão e também avaliar sua receptividade em conhecer o projeto.

Existem no município 1.368 empresas, sendo 38 no setor do comércio de

atacado e 657 no varejo (SEFAZ [online] 2007). A amostra foi realizada no setor do comércio varejista com 10 (dez) empresários, com áreas de atuação diferenciadas, abrangendo diversos segmentos do comércio local.

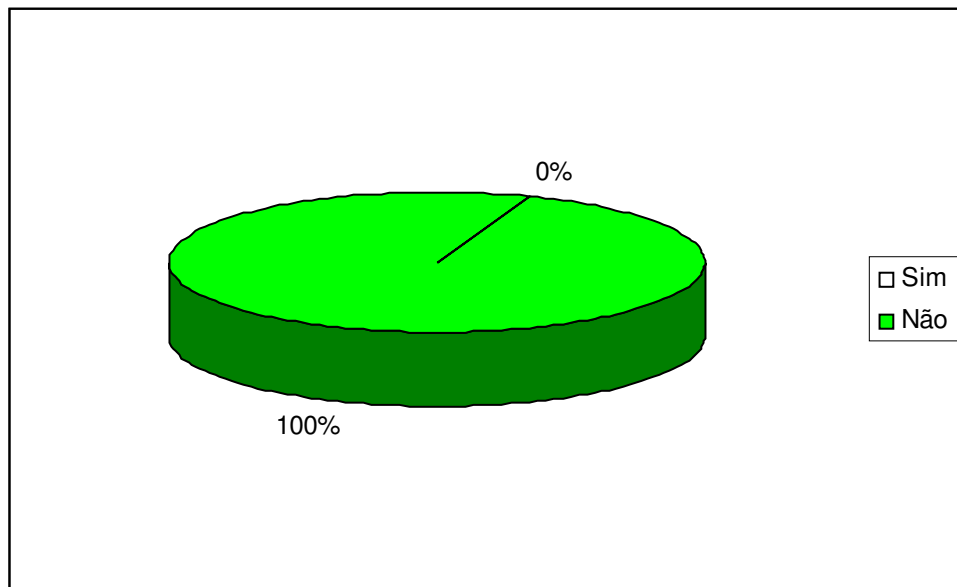


Gráfico 01: Você conhece o Projeto Economia de Comunhão?
Fonte: Pesquisa de campo

Para, 100% dos entrevistados responderam que não conhecem o Projeto Economia de Comunhão, constata-se, a necessidade de uma sensibilização da classe empresarial para que conheçam esta nova proposta. Esta sensibilização poderia ser feita através de palestras, workshops, debates e até mesmo com a participação de alguns empresários no Congresso Nacional de Economia de Comunhão que acontece todo ano em São Paulo onde lá podem ser vistas de perto as empresas que desde o início do projeto praticam a EdC.

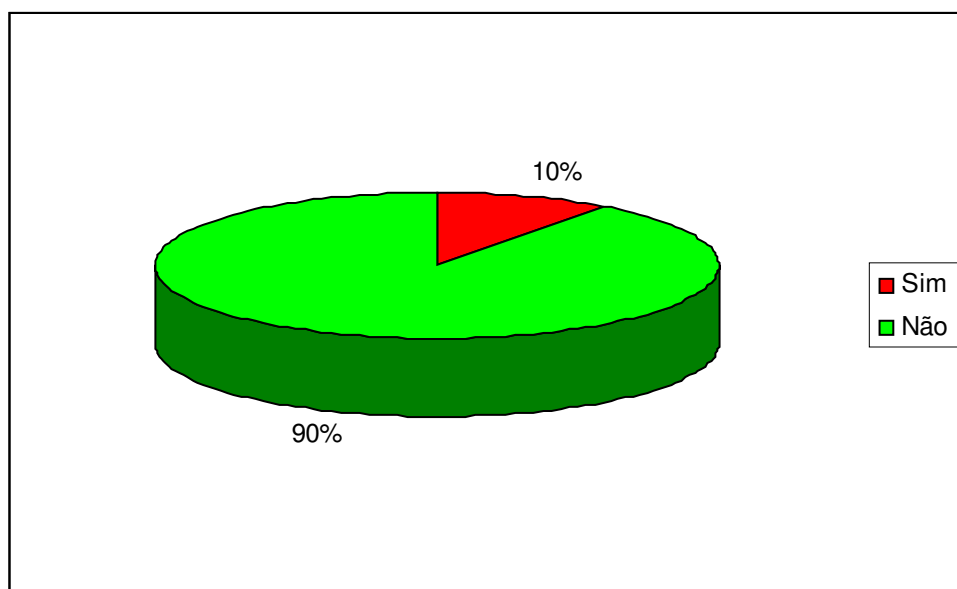


Gráfico 02: A sua empresa participa de algum Projeto Social específico, que contribua para diminuir a desigualdade social da cidade de Açailândia-Maranhão?
Fonte: Pesquisa de Campo

Análise do resultado mostra que, 90% dos empresários entrevistados afirmaram que não e 10% responderam que sim. Conforme o resultado, pode-se concluir que existe espaço para implantação do projeto da EdC nas empresas de Açailândia, haja vista, que a maioria dos entrevistados não participa de nenhum projeto específico.

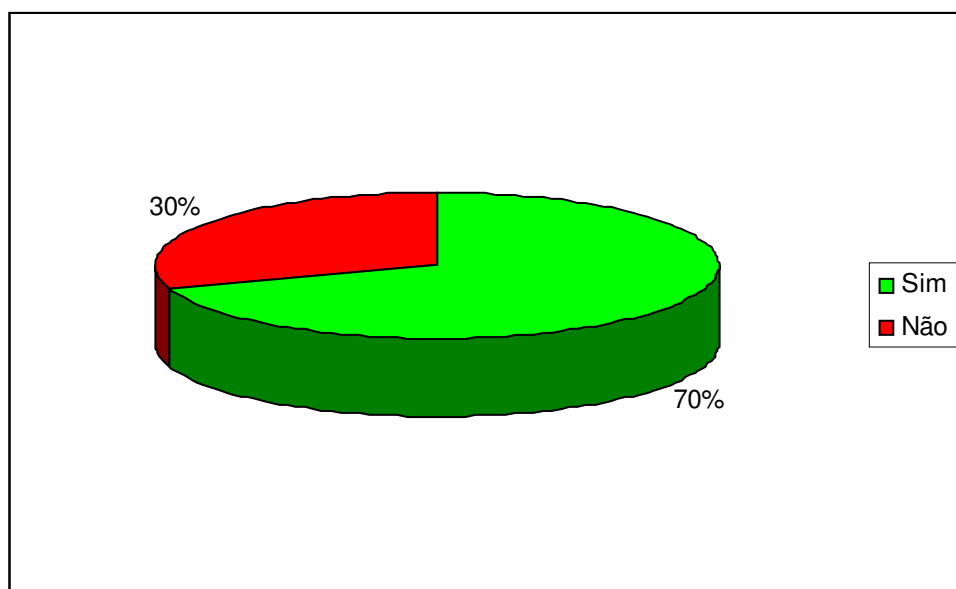


Gráfico 03: Você gostaria que sua empresa fizesse parte de algum Projeto Social que promovesse o crescimento do homem e como conseqüência contribuísse para reduzir a desigualdade social do nosso país?

Fonte: Pesquisa de Campo

Abordados sobre a participação da empresa em projeto social, 70% dos empresários entrevistados responderam que sim e 30% responderam que não. Nesta questão os resultados reforçam as conclusões relativas à pergunta anterior e pode-se acrescentar ainda que existe abertura por parte dos empresários da cidade em conhecer projetos que possuam as mesmas características da EdC.

Você gostaria de deixar algum comentário sobre as questões abordadas? (Ressalta-se que, dos comentários que foram feitos destacam-se os seguintes):

Um dos entrevistados afirma que “gostaria muito de conhecer este projeto, pois tudo que é social me interessa muito”.

Dois outros entrevistados disseram que “gostariam de fazer parte de um projeto com esta finalidade, porém seria necessário conhecê-lo bem e como funciona, antes de fazer parte”.

2.2.1 Análise Conclusiva da Pesquisa de Campo

Diante dos dados coletados conclui-se, que os empresários da cidade de Açailândia, na sua maioria são receptivos a conhecerem projetos como esse, porém,

para aderirem a qualquer projeto, inicialmente, teriam que conhecê-lo bem.

Pode-se considerar a importância do trabalho de conclusão do curso de Pós-graduação em Gestão Empresarial é uma primeira iniciativa para divulgar a Economia de Comunhão na região, porém, sabe-se que se fazem necessárias outras iniciativas, como: seminários, palestras, congressos.

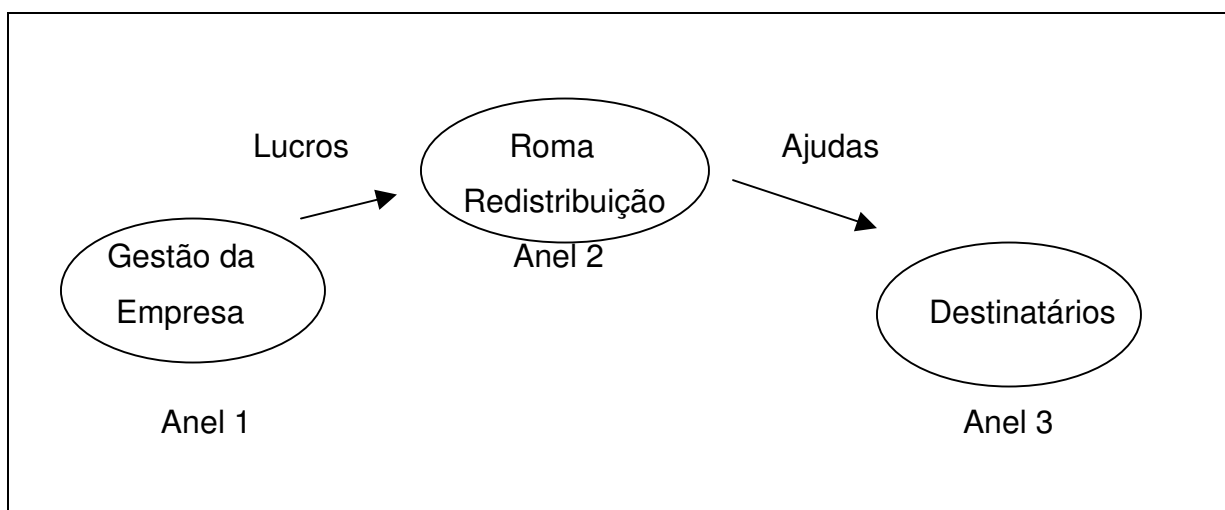
3 CONCLUSÃO

Alguns pontos importantes valem ser lembrados no que diz respeito à Economia de Comunhão:

O primeiro é a finalidade do projeto, reduzir os necessitados. Todos os lucros doados “combatem a miséria”, porém, um contrato de trabalho ou posto de trabalho é mais amor do que ajuda financeira: “nós nascemos para que não haja mais indigentes entre nós e não para ajudar os pobres” (BRUNI, 2007).

Segundo, é necessário difundir a cultura da partilha pois “só se sai de qualquer tipo de pobreza quando se começa a amar” (BRUNI, 2007).

Terceiro, o sucesso da EdC depende de 3 anéis que são:



Todavia o anel mais importante é sempre o terceiro, porque é nele que está à fraternidade.

A Economia de comunhão é uma expressão do Movimento dos Focolares e, portanto, trata-se de uma obra divina pelo menos no seu espírito e nos aspectos essenciais: a “cultura da partilha”, que é a sua característica; “homens novos”, que não podem faltar para administra-la, e as “escolas de formação” para tais homens.

A proposta da EdC reafirma que o ser humano é superior. Torna-se, portanto uma tentativa de “humanizar a economia” e apresenta-se como uma alternativa econômica para a sociedade atual.

É importante enfatizar também que o empresário que vivencia a

Economia de Comunhão assume um papel muito importante ou mesmo fundamental no processo porque, ele é o cultivador inicial dessa nova cultura.

Podemos dizer que a Economia de Comunhão é um modelo econômico concreto já operante capaz de provar, com fatos, que a nova “via”, a da comunhão na liberdade, tem capacidade de funcionar e é possível percorrê-la. Naturalmente, o processo é longo e gradual.

No caso de Açailândia, talvez o processo seja mais lento, pelo fato de existir apenas uma empresa que pratica a Economia de Comunhão. Porém, percebemos pela pesquisa realizada que o “terreno é fértil”. E um projeto como esse deve ser abordado no seu todo, para que se fortaleça ainda mais.

REFERÊNCIAS

Açailândia. Disponível em: <http://www.acailandia.ma.gov.br> Acessado em: 22/01/08

ANAIS do Bureau Internacional da Economia e Trabalho, 1999. **Economia de comunhão e movimento econômico**: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista-SP: Cidade Nova, 1999.

ANAIS do Congresso Nacional de Economia de Comunhão, 2002. Vargem Grande Paulista: Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão, 2002.

ARAÚJO, Vera et al. **Economia de comunhão**: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha. São Paulo: Cidade Nova, 1998a.

BARAÚNA, Márcia. **Economia de Comunhão**: Uma Experiência Peculiar de Economia Solidária *In* SINGER, Economia Solidária no Brasil: a Autogestão como Resposta ao Desemprego. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

BRUNI, Luigino. **Palestra realizada no Congresso Nacional de Economia de Comunhão em 2007**. Vargem Grande Paulista-SP, 2007.

BRUNI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia**. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2005.

BRUNI, Luigino (org.). **Economia de comunhão**: uma cultura econômica em várias dimensões. São Paulo: Cidade Nova, 2002.

CADERNOS ESCOLA SOCIAL. **Economia de Comunhão**: Um Fenômeno Econômico. Vol. 4. Editora Cidade Nova. São Paulo: 1993.

COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

ESPRI: **Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais**: Org: ARAÚJO, Vânia, São Paulo: 2004, Cartilha, p.5,6.

LUBICH, Chiara. **Economia de Comunhão: História e profecia**. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

LUBICH, Chiara. **Ideal e luz**: pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova, 2003a.

LUBICH, C. **O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão** (Palestra proferida por ocasião do recebimento do título de Doutor H.C. em Economia pela Università Sacro Cuore, Piacenza, Stêlia). Abba – Revista de Cultura, v. IV, n. 3, 1999.

LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. *In* Luigino Bruni (organizador); tradução Thereza Cristina F. Stummer. **Economia de Comunhão: uma cultura econômica**

em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. Disponível em: <http://www.focolare.org/br>>

MULATERO, C. **Os pobres “atores do Projeto Economia de Comunhão:** Uma nova cultura, no. 13, 2000.

REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO. **Uma nova cultura.** Cidade Nova, São Paulo, ano 9, n. 1, jan.2003.

REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO. **Utopia ou Profecia?** Cidade Nova, SP, Ano XLV, n. 7, jul.2003.

REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO. **A força de um projeto.** Cidade Nova, SP: Ano XLVI, n. 8. ago. 2004.

REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO: **Uma Nova Cultura.** Vol.10, 1999. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista, SP.

REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO: **Uma Nova Cultura.** Vol. 13, 2001. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista.

REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO: **Uma Nova Cultura.** Vol. 23, 2006. Editora Cidade Nova, Vargem Grande Paulista.

REVISTA ECONOMIA DE COMUNHÃO: **do Projeto à realidade.** Cidade Nova-SP, ANO XLIII, n. 5, mai.2001.

SERAFIM, Mauricio Custódio. **A ética no espaço de produção:** contribuições da economia de comunhão. 2001. Dissertação(mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001. Disponível em: <http://teses.esp.UFCS.br/Resumo.asp?1743>

www.sefaz.ma.gov.br/informações/empresas/hotmail.com. acesso em: 23/01/2008.

www.terra.com.br. Globalização – o paraíso dos ricos.acesso em: 22/01/2008.

APÊNDICES

PESQUISA DE CAMPO

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EMPRESÁRIOS DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA – MARANHÃO.

1) Você conhece o Projeto Economia de Comunhão?

a) () Sim

b) () Não

2) A sua empresa participa de algum Projeto Social específico que contribua para diminuir a desigualdade social da cidade de Açailândia- Maranhão?

a) () Sim

b) () Não

3) Você gostaria que sua empresa fizesse parte de algum Projeto Social que promovesse o crescimento do homem e como consequência, contribuísse para reduzir a desigualdade social do país?

a) () Sim

b) () Não

4) Gostaria de deixar algum comentário sobre as questões abordadas?

R: